

Da repressão à valoração: um estudo sobre a influência das práticas culturais dos negros em Pernambuco – 1927/1950

Autor: Francisco Mateus Carvalho Vidal (xicomateus83@hotmail.com) – Mestrando em História Cultural – UFPE – CFCH.

Resumo:

Na década de 20, os maracatus e os xangôs eram perseguidos por diversos segmentos da sociedade. Os movimentos repressivos são intensificados com a criação do Instituto de Higiene Mental, da Federação Carnavalesca Pernambucana e ascensão do Estado Novo em 30. As práticas persecutórias eram legitimadas por um regime político que acreditava estar higienizando a sociedade dos males que a maculavam. O suporte ideológico, contudo, seria desarticulado com a queda dos regimes nazi-fascistas e derrubada do Estado Novo. O novo contexto exigia outra postura dos grupos sociais com relação às práticas culturais dos negros ante o restabelecimento da democracia.

Palavras-chave: maracatus-nação; Serviço de Higiene Mental; xangôs; afrodescendentes; Federação Carnavalesca Pernambucana.

Introdução

Este artigo é resultado do projeto do qual fiz parte durante o curso de graduação em História: “No ressoar dos Tambores: práticas e representações na história dos maracatus-nação no Recife(1920-1960), coordenado pelas professoras doutoras Sylvia Costa Couceiro, pesquisadora da diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco e Isabel Cristina Martins Guillen, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

Os resultados apresentados pretendem aprofundar a discussão acerca das manifestações culturais dos negros (1) em Recife - maracatus e os xangôs - entre os anos de 1927 a 1950, e as suas relações com a sociedade, destacando a perseguição policial, da sociedade, da comunidade científica e o lento processo de inserção dessas manifestações na formação da cultura pernambucana.

Metodologia

É importante refletirmos sobre a cultura como instrumento de dominação, pois quando se tende a homogeneizar os valores culturais, seja por intermédio da Igreja, da escola, de um partido político e dos meios de comunicação, a cultura adquire um estado de submissão da identidade pessoal em favorecimento de uma identidade coletiva. Assim, a cultura passaria a se tornar manipulável, visando atender os interesses de determinados grupos sociais.

Michel de Certeau, em seu livro *“A Invenção do Cotidiano”* (2), defende a tese de que o controle rege a vida das pessoas, entretanto mesmo com uma estrutura rígida de dominação existiriam mecanismos diversos para driblar a ordem estabelecida. Pois, para ele, existiriam *“[...] mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e representações estabelecidas.”* (2) Destarte, entenderemos as manifestações culturais como submetidas a um controle excessivo, do Estado e da sociedade, mas, nem por isso, inertes e incapazes de se atualizarem, a fim de manterem vivas suas práticas e relações culturais.

Este trabalho pretende entender as representações construídas em torno das práticas dos populares pernambucanos em um período, no qual uma proposta política de controle excessivo vigorava e o paulatino processo de valorização daquela expressão cultural dentro de um contexto específico. Para tanto, é válido que analisemos fontes diversas, tentando abarcar o máximo de perspectivas possíveis, para podermos compreender as relações de hierárquicas estabelecidas na sociedade. Ao adotarmos a visão de Certeau, podemos dar luz ao entendimento de que por mais que haja controle sempre há formas de se driblar a vigilância, realçando a dinamicidade da história das estruturas políticas e econômicas, através de um viés representativo da cultura. Esta percepção positivada dos grupos populares, partindo do entendimento de um espírito ativo diante da história decorre do desenvolvimento da história cultural que tomou conta da produção historiográfica, a partir da década de 70, quando se buscou entender a interação histórica entre as instituições do Estado e as histórias dos grupos populares.

De que forma os grupos perseguidos agiam para manterem vivas suas práticas? Que estratégias eram utilizadas para poderem reproduzir seus valores?. De acordo com Jim Sharpe, a fonte precisa ser lida, para além do seu discurso para podermos entender a história dos vencidos, das camadas populares. Outro autor relevante para nosso trabalho foi Carlos Ginzburg, ao defender a idéia de que haveria dos tipos de cultura: uma

erudita e outra letrada, as quais estariam tendo seus valores circulados de uma esfera a outra. Ou seja, a cultura popular e a letrada,, nas definições de Ginzburg, não seriam genuínas expressões do seu grupo, mas uma mistura das manifestações das duas tendências,a partir de um movimento de troca de valores. Para o autor, haveria em cada um desses grupos uma espécie de filtro capaz de selecionar práticas culturais que lhe coubessem. Assim, identificando esses filtros e a própria cultura letrada da época, manifestada, principalmente, através de periódicos, podemos tentar entender as representações e as práticas dos grupos em estudo.

Resultados e discussão

Em 1920, as práticas culturais dos populares pernambucanos eram mal vistas pela sociedade civil e pelo poder instituído. Os periódicos da década de 20 estão constantemente a trazer referências a atitudes repressivas e coercitivas aos cultos negros em Pernambuco. No entanto, a perseguição às manifestações culturais praticadas em Recife pelas camadas menos favorecidas socialmente, em geral, mas não exclusivamente, não vinha apenas por parte do poder de polícia. Era algo constante nos jornais da época, cartas remetidas pela sociedade civil exigindo a atuação policial em locais próximos dos terreiros de batuque “afro-brasileiro”, alegando ser incômodo, ou mesmo, uma ferida social a ser sanada com urgência.

“O catimbau em casa Amarella”

A propósito de uma sessão de Catimbau, que na Rua Djanira, nas imediações do becco da fachada em Casa Amarella, desde tempos, vem prejudicando os moradores daquellas adjacências fomos enviada a seguinte carta:

“ilmo srs. Redactores do Jornal do Recife, confiados em vossa proverbial generosidade, vimos hoje vos relatar o que aqui na rua Djanira, que fica nas imediações do beco da Facada [...]Numa das casas daquela rua(a casa que se fecha mais tarde) funciona uma sessão de Catimbau[...]. Com os batuques desordenados, as toadas “invocando os espíritos, os ataques dos que são manifestados, “lucrar” o consolente eredolo e gastador, quem porem não lucra com essas sessões são os moradores das adjacências, que tem de ir todas as noite até muito tarde, em claro, sejam eles doentes ou criança [...]”.(3)

Para manterem vivas suas práticas, os maracatuzeiros atuaram no sentido de encontrar estratégias e alternativas que possibilitassem a sobrevivência das suas manifestações. Seria exatamente o que Certeau chamaria de “artes de fazer”. Para Certeau, apesar de haver uma rígida estrutura de controle, os populares encontravam mecanismos para driblar a ordem estabelecida e manterem vivas suas perspectivas culturais. Gonçalves Fernandes em seu livro, “Xangôs do Recife”, ressalta ter havido crescente número de registros na SSP-PE, Secretária de Segurança Pública de Pernambuco, de centros espíritas, após a proibição do Estado da realização de manifestações populares. Isso, porque as casas espirituais conseguiam licença de funcionamento, a partir da expedição de uma portaria policial, enquanto aos terreiros de Xangô era denegado. Dessa forma, tais centros foram usados como disfarce, no intuito de driblar o poder instituído, uma vez que eram na verdade lugares de cultos afrodescendentes.

Em 1930, a situação política do Brasil encontra-se num momento delicado. A conjuntura nacional acaba interferindo no cenário político pernambucano, sendo nomeado como interventor do estado, o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, que, de acordo com Manuel Correia de Andrade, em seu livro “*Pernambuco imortal*”, começou a ensejar uma política opressora em relação aos remanescentes da República Velha. Houve intensificação da atuação do poder de polícia e um crescimento da perseguição dos cultos negros pelo poder instituído. No âmbito cultural, alguns intelectuais começam a perceber o país não mais como uma reprodução da Europa, buscando construir a identidade brasileira, o que é destacado nas publicações da tríade de 1930, quando Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda publicam suas obras, cujo intuito é explicar o país e o povo brasileiro.

Em 1935, com a criação do Serviço de Higiene Mental (SHM), os praticantes de xangô e maracatus presos pela polícia não mais serão remetidos à Secretária de Segurança Pública (este órgão viria a substituir a Repartição Central de Polícia extinta na década de 30). Agora, em vez de uma questão policial, como ocorrera na década de 20, as manifestações afrodescendentes passariam a ser tratadas como questão de saúde pública. Para os higienistas do SHM, os populares apreendidos deveriam ser estudados e tratados pela medicina. Desse modo, do controle policial passou-se a um controle médico e científico dos adeptos dos cultos afro.

O acompanhamento médico dos pais de santo, dos freqüentadores de terreiros e de outros elementos populares adeptos de seitas africanas despertou nos médicos

integrantes do Serviço de Higiene Mental, a necessidade de compreender o fenômeno social em questão, baseado em termos científicos. Assim o sendo, o SHM intercedeu junto à Secretária de Segurança Pública, para que os xangôs tivessem seu toque legalizado. Para tanto, os praticantes daquela cultura deveriam abrir seus terreiros para os técnicos da referida instituição realizarem estudos e observações científicas. Entretanto, muitos dos pais de santo e mães de santo do Recife não concordaram com a proposta feita pela equipe do IHM, porque a “legalidade” seria restrita a um calendário prévio de toques e festejos, estabelecidos pelo Estado, desconsiderando a diversidade das datas pertinentes a cada terreiro. (4) cada comunidade afrodescendente cultuava seus próprios deuses e tinha suas próprias datas comemorativas. Surgia um impasse na comunidade afro, que irá fragmentar-se em dois grupos: o primeiro, o qual concordaria com os termos apresentados pelo IHM, como uma tentativa de poderem dar continuidade as suas crenças e ritos; o segundo constituído por pessoas que não anuíam com a idéia de abrir espaços privados para estudos técnicos da medicina psiquiátrica.

Quando em 1937, a situação política do país, mais uma vez defronta-se com momentos decisivos, Getúlio Vargas subverte a ordem e torna-se ditador. A partir de então, o antigo interventor, Carlos de Lima Cavalcanti, é substituído em suas funções por Agamenon Magalhães, que, como interventor passará a atuar no Estado de modo incisivo, perseguindo os democratas, os socialistas, os comunistas, e todos os que fossem ao encontro do poder instituído por Getúlio; persegue ainda as práticas religiosas afrodescendentes, justificada por preceitos católicos inspirado nos ideais da atuação da Congregação Mariana, da qual era membro.

Destarte, os maracatus e xangôs vêm-se diante de um período de grandes dificuldades para realização de suas práticas culturais com uma perseguição ainda mais profilática contrabalanceada por um discurso de participação popular no governo, de favorecimento das massas trabalhadoras. Assim, a interventoria do Estado selecionou os excluídos da nossa sociedade, dentre os quais estariam: os “[...] *umbandistas, todos identificados como caso da medicina e de polícia*”.(5)

No dia 26 de Janeiro de 1938, foi publicado no Jornal Pequeno, um decreto trazido a público pelo Secretário de Segurança Pública do governo de Agamenon, o Sr. Etelvino Lins. De acordo com esse decreto ficava proibido o “[...] *funcionamento em todo território do estado das seitas africanas e dos gabinetes das ciências herméticas, de qualquer modalidade, ficando cassadas as licenças expedidas [...]*”. Etelvino Lins tratou de perseguir, prender e humilhar os adeptos do espiritismo e das práticas culturais

dos negros no estado. Para tanto, o poder de polícia viu-se auxiliado pelo incentivo do Instituto de Assistência a Psicopatas, antigo Instituto de Higiene Mental. Construía-se um imaginário oficial de que aqueles negros eram loucos, quando não criminosos. Esse discurso buscava afastar o negro da base da nossa identidade, a qual deveria estar respaldada pelo branqueamento e por ligações estritas com os europeus.

De acordo com Graça Ataíde, “[...] *aniquilar a memória coletiva dos grupos negros, exteriorizada pelas manifestações religiosas, significava poder construir uma nova memória*, uma memória oficial, em que os ideais de modernidade e do progresso penetravam no domínio do mágico [...]”⁽⁵⁾

Concomitante ao término do Estado Novo, abriram-se possibilidades de se concretizar a democracia em setores diversos da sociedade. No âmbito cultural, a abertura política do Estado possibilitou a democratização das práticas culturais. As manifestações populares começaram a ganhar outro enfoque e as peculiaridades de cada grupo passaram a ser amplamente defendidas. Parecia não haver mais espaço para discussão de teorias eugênicas. Neste contexto, as entidades populares, sindicatos, associações culturais e outras passam a se organizar. Novos espaços eram abertos, desta vez legitimados pelo Estado. Os grupos negros das cidades tentavam sair da marginalidade a todo custo. A lógica do “branqueamento” racial da população brasileira passava a ser abertamente combatida, porque se enquadrava em um modelo político anterior, entendido, agora, como retrógrado e inoperante no mundo moderno. Laurênio Lima, repórter do Diário de Pernambuco, encarna bem o novo momento ao criticar as influências de idéias eugênicas em Recife:

O granfinismo imbecil de mestiços com pretensões a arianos extinguiu essa música tão espontânea e a extinguiu por negar-lhe o seu apoio; por considerá-lo, assim por cima dos ombros, como uma coisa excêntrica, engraçada de escutar, mas nunca como representativa dos sentimentos de um povo (...). Somente, teria valor como expressão do povo os cantos de Niebelungen, onde se poderiam adivinhar eugênicos adolescentes louros de medidas ufalicas estabelecidos com excesso de rigorismo. O maracatu da mesma forma que o reisado, os congos, os xangôs eram manifestações de raças inferiores e deviam acabar até pela ação da policia.”

A defesa do maracatu, como elemento da cultura, inseria-se na nova conjuntura, um momento de repensar a democracia, em que o “popular” ganhava as ruas da cidade, as páginas das revistas e dos jornais, os quais refletiam as disposições da nova conjuntura político-ideológica. Aos poucos, a tese sustentada no período político anterior criava condições para sua própria superação, através das quais as minorias passariam a ser valorizadas e suas práticas apropriadas por uma elite letrada tendente a transformar os ícones da cultura negra em símbolos da identidade nacional. Nesse sentido, as práticas saíam da ilegalidade para permear o imaginário da sociedade recifense.

Esse processo não se deu linearmente, de maneira límpida e nítida; a história social da cultura faz-se intermediada por marchas e contramarchas, entrecortada frequentemente de retrocessos e estagnações, de modo que a descrição acima constitui apenas uma possível análise da temática explorada.

Referências

1. DANTAS, Beatriz Gois. *Vovó Nagô e papai branco usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
2. CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2005.
3. O catimbau em casa Amarella. *Jornal do Recife*. Recife, Notas e Fatos, Fl. 4, 1997.
4. FERNANDES, Gonçalves. *Xangôs do Nordeste*. Investigações sobre os cultos negros fetichistas do Recife. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.
5. ALMEIDA, Maria das Graças Andrade – *A Construção da Verdade Autoritária*. SP. *História Social*, USP.
6. Morreu o maracatu. *Diário de Pernambuco*. Recife, Mundo Luz e som, Fl 6. 1946.